

**Ata da 32ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, de 09/08/2006, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar**

**Membros Participantes:**

1. Luiz Antônio Barreto de Castro - Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia
2. José Domingos Gonzalez Miguez - Secretário Executivo da Comissão Interministerial
3. Newton Paciornik - Ministério da Ciência e Tecnologia
4. Raphael Azeredo - Ministério das Relações Exteriores
5. Laura Porto - Ministério de Minas e Energia
6. Marcos Otávio Bezerra Prates - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
7. Lindemberg Bezerra - Ministério da Fazenda
8. Leíza Dubugras - Casa Civil
9. Guido Gelli - Ministério do Planejamento

**Outros Participantes:**

- i. Branca Americano - Ministério da Ciência e Tecnologia
10. Gustavo Mozzer - Ministério da Ciência e Tecnologia
11. João Luiz Tedeschi - Ministério de Minas e Energia
12. Adriano Oliveira - Ministério do Meio Ambiente
13. Paula Bennati - Ministério do Meio Ambiente
14. Demétrio Toledo - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
15. Cleuza Gomes - Ministério das Cidades
16. Felipe Bardella - Ministério da Fazenda
17. Marcos Willian – Ministério da Ciência e Tecnologia
18. Haroldo Machado – Ministério da Ciência e Tecnologia
19. Adriana Mello - Ministério da Ciência e Tecnologia

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro iniciou os trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima dando boas vindas a todos os representantes dos Ministérios e informando que o número de projetos MDL submetidos à CIMGC tem aumentado consideravelmente, e que, talvez, a frequência das reuniões desta Comissão teria que ser rediscutida.

**20. Aprovação da Ata da 31ª reunião da Comissão Interministerial.**

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro indagou aos membros da Comissão se teriam algum comentário, correção ou supressão a fazerem no texto da Ata da 31ª reunião da CIMGC.

O Secretário Raphael Azeredo, representante do Ministério das Relações Exteriores, apresentou considerações acerca do item 2 desta Ata (Relato da 24ª reunião dos órgãos subsidiários realizado em Bonn de 17 a 26 de maio de 2006). Os comentários foram acatados e a Ata aprovada por unanimidade.

## **21. Projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.**

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro pediu ao Secretário Executivo que precedesse à análise dos projetos em revisão.

## **22. Projetos em fase de revisão**

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro informou que o projeto de Cogeração com Bagaço Nardini – Nº 64 não haviam respondido ao ofício da CIMGC até o dia 09 de agosto de 2006.

Pediu à Dra. Branca Bastos Americano que apresentasse a análise do MCT para os demais projetos em revisão.

### **Projeto de Hidrelétrica da Incomex, Brasil – Nº 77;**

A Dra. Branca observou que este projeto respondeu o Ofício nº MDL 106/2006/CIMGC. O ofício apontava nove questionamentos, dentre os quais apenas quatro não foram completamente esclarecidos: questões editoriais do Anexo III, apresentação de documentos ligados ao DPC/PDD, titularidade das PCHs e comunicação com os atores regionais.

O Dr. Adriano Oliveira, representando o Ministério do Meio Ambiente, informou que o proponente do projeto havia encaminhado uma nova licença, nº 1536/05, que complementa a licença anterior. Assim, o MMA considerava a questão de Licenciamento Ambiental resolvida.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalva** do Projeto de Hidrelétrica da Incomex, Brasil, condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

#### **1. Reapresentar o DCP/PDD, observando:**

- ✓ Esclarecer a localização da PCH Monte Belo em Rondônia, se em Alta Floresta d'Oeste ou em Rolim de Moura;
- ✓ Esclarecer se ainda é válida a planilha Incomex\_calculation\_(MD)\_VF28\_11\_05a.xls, que continua a ser citada no DCP na seção E.1.2.4, à página 23.

#### **2. Reapresentar o Anexo III, observando:**

- ✓ Melhorar a redação do Anexo III eliminando imprecisões e impropriedades como “... *utilizando hidroeletricidade como combustível para as PCH's*”;
  - ✓ Citar as contratações temporárias e permanentes para cada uma das PCHs;
  - ✓ Citar a localização correta de cada PCH.
3. Esclarecimento sobre a titularidade das PCHs, já que as licenças ambientais estão em nome de três pessoas jurídicas que não constam no DCP/PDD como proponentes da atividade de projeto: Cassol Indústria e Comércio de Madeiras Ltda, Hidrossol Hidroelétricas Cassol Ltda, Eletrossol Centrais Elétricas Cassol Ltda;
  4. Caso seja confirmada a localização da PCH Monte Belo no município de Rolim de Moura-RO, refazer todo o processo de validação, reenviando as cartas-convites à Secretaria de Desenvolvimento Ambiental SEDAM (RO), ao Ministério Público de Rondônia e ao Fórum Brasileiro de ONG's, citando as duas PCHs do estado, além das cartas-convites referentes ao Rolim de Moura-RO.
  5. Reapresentar o Relatório de Validação e o formulário F-MDL-REG/F-CDM-REG para refletirem a nova versão do DCP/PDD.

#### **Projeto de diminuição Gases de Efeito Estufa no Aterro Sanitário do Aurá – Nº 80;**

A Dra. Branca informou que a maioria das exigências apontadas no Ofício nº MDL 121/2006/CIMGC, de 03 de julho de 2006 foram atendidas. Entretanto, ressaltou que duas exigências relacionadas ao licenciamento ambiental foram levantadas e pediu o posicionamento do Ministério do Meio Ambiente.

O Dr. Adriano Oliveira informou que o Alvará de Funcionamento e o Termo de Compromisso apresentado pelo proponente do projeto foram suficientes para demonstrar seu comprometimento com as questões sócio-ambientais existentes no Aterro Aurá.

Ressaltou ainda que uma Licença de Operação deverá ser solicitada com antecedência mínima de 120 dias do prazo do término da vigência do Alvará de Autorização de Funcionamento.

Salientou que o único apontamento a ser feito diz respeito ao endereço constante no licenciamento municipal da atividade de projeto. Esclareceu que este instrumento licenciatório deve ser objeto de retificação, de modo a constar o endereço do empreendimento, e não somente de seu responsável legal.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalva** do Projeto de diminuição Gases de Efeito Estufa no Aterro Sanitário do Aurá, condicionada ao atendimento da seguinte ressalva:

1. Esclarecer o endereço informado na Licença de Instalação 0001/2006. O Ofício nº 1020GAB/SEMA encaminhado a esta Secretaria em resposta ao ofício Ofício nº

MDL 121/2006/CIMGC indica que o endereço da LI deve ser alterado para “Município de São Paulo” e “Estado de São Paulo”. Como a atividade de projeto está sendo desenvolvida em Belém e não em São Paulo, a questão relativa ao endereço do Aterro do Aurá constante da LI deve ser esclarecida.

O Secretário Executivo ressaltou que este projeto representa um caso concreto de como o trabalho da CIMGC, no processo de análise de projetos MDL, resultou em avanços significativos para o cumprimento com a legislação ambiental nacional.

Acrescentou ainda que a Secretaria Executiva irá propor uma minuta de Resolução 04 que tratará especificamente de procedimentos para lidar e criar instrumentos legais para investigar casos em que possam existir dúvidas sobre o processo de licenciamento ambiental ou casos em que denúncias venham a ser trazidas por membros da CIMGC sobre algum dos projetos em análise.

**Projeto Rialma Companhia Energética S/A – Pequena Central Hidrelétrica Santa Edwiges II – Projeto MDL de Pequena Escala Nº 86;**

A Dra. Branca observou que este projeto respondeu o Ofício nº MDL 117/2006/CIMGC, destacou que as exigências relacionadas ao fator de emissão e assinatura, por todos os participantes do projeto, das declarações exigidas pela resolução nº 01 não foram totalmente atendidas. Sugeriu que este projeto deveria ser mantido em revisão pela CIMGC.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro pediu aos demais membros da CIMGC que apresentassem seus apontamentos. Não havendo outros comentários, o projeto foi mantido em revisão.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto Rialma Companhia Energética S/A – Pequena Central Hidrelétrica Santa Edwiges II – Projeto MDL de Pequena Escala, para atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentar a declaração sobre o responsável e o modo de comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão assinada por todos os participantes do projeto. Além disso, esses participantes devem enviar documentos que comprovem a legitimidade para assinatura dos documentos mencionados, conforme a Resolução nº 3 da CIMGC, em vigor desde 19/05/2006.
2. Recalcular as reduções de emissões usando um fator de emissão para a linha de base que considere somente as usinas do sub-sistema Sudeste-Centro-Oeste. O pedido tem como fundamento o fato de a usina estar localizada no Centro-Oeste e que a inclusão do sub-sistema Sul aumenta o fator de emissão da linha de base de forma não conservadora. O ONS diferencia o subsistema Sul do subsistema Sudeste-Centro-Oeste, sendo possível calcular o FE para cada um dos sub-sistemas.
3. Reapresentar novas versões do DCP/PDD que incorporem as modificações acima.
4. Reapresentar o Relatório de Validação, junto ao formulário F-MDL-REG/F-CDM-REG, observando:

- ✓ Basear-se corretamente na última versão do DCP/PDD (versão e data), com a nova potência, novo fator de emissão e novas reduções de emissões;
- ✓ Indicar a metodologia correta para cálculo das reduções de emissões da energia deslocada da rede, a ACM0002, Versão 6 (consta a versão 5 no Relatório de Validação e versão 1 no formulário F-MDL-REG/F-CDM-REG);
- ✓ Preencher o campo de revisão do Relatório de Validação (pág. 2).

**Projeto USF Açúcar e Álcool S/A – Projeto de Co-Geração da Usina São Francisco – N° 87;**

A Dra. Branca observou que este projeto respondeu o Ofício n° MDL 116/2006/CIMGC, destacou problemas relacionados à assinatura, por todos os participantes do projeto, das declarações exigidas pela resolução n° 01; inadequação de informações no Anexo III e erros no Relatório de Validação que deveriam ser corrigidos. Sugeriu que este projeto deveria ser mantido em revisão pela CIMGC.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro pediu aos demais membros da CIMGC que apresentassem seus apontamentos. Não havendo outros comentários, o projeto foi mantido em revisão.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto USF Açúcar e Álcool S/A – Projeto de Co-Geração da Usina São Francisco, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentação do Anexo III da Resolução N° 1, desenvolvendo melhor as contribuições da atividade do projeto quanto ao desenvolvimento sustentável em todos os seus aspectos, observando que:
  - ✓ Deve ser esclarecido o aspecto de geração líquida de empregos (o texto atual dá informações conflitantes);
  - ✓ Deve ser esclarecida a confusão entre os benefícios da atividade de projeto e os benefícios da empresa. Devem ser particularizados os benefícios da atividade de projeto de co-geração energética.
2. Reapresentar o Relatório de Validação, observando:
  - ✓ Devem ser eliminadas as afirmações erradas: “a atividade de projeto consiste na construção de uma usina de açúcar, que estará em operação em maio de 2006” e “o projeto deve gerar uma média anual de 215.401 MWh de excedente de energia” (Anexo 7). A atividade de projeto consiste, na verdade, no aumento do aproveitamento energético do bagaço, com início previsto para 01/07/2006; a geração de 215.401 MWh de energia só será atingida no sexto ano, não sendo a média anual do projeto.
  - ✓ Deve ser corrigido no Anexo 2 – Lista dos Documentos Anexados, a lista de pessoas entrevistadas (doc /3/), que aparece como Anexo 2 e não como Anexo 3.
  - ✓ Deve ser eliminada referência à Carta de Aprovação do Governo do Brasil, que ainda não foi emitida para o projeto do Anexo 2 – Lista dos Documentos, bem como do Anexo 3 – Visão geral da documentação que foi analisada e lista das pessoas entrevistadas.

3. Reapresentar o termo de compromisso do envio de documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas, assinados por todos os participantes do projeto.
4. Esclarecimento sobre as ações previstas e empreendidas até o momento para obter a licença de instalação para a expansão da potência da usina para 80 MW.

**Projeto de Co-geração de Santa Terezinha – Tapejará. (Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda.) – Bahia – N° 88;**

A Dra. Branca observou que este projeto respondeu o Ofício n° MDL 115/2006/CIMGC, informou que a maioria das exigências foram atendidas, restando apenas questões menores de cunho editorial. Sugeriu que este projeto deveria ser aprovado com ressalva pela CIMGC.

A Dra. Branca Americano pediu à Dra. Laura Porto que se manifestasse a respeito da exigência n° 03 do Ofício n° MDL 115/2006/CIMGC que trata do montante de energia elétrica gerada que será exportado para a rede.

A Dra. Laura Porto informou que este projeto assinou um contrato com o PROINFA de 48 MW pleno, e apresentou um projeto MDL de 28 MW. A análise do MME apontou que este ponto deveria ser melhor esclarecido, no entanto, concorda com a aprovação com ressalva do projeto.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro pediu aos demais membros da CIMGC que apresentassem seus apontamentos. Não havendo outros comentários, o projeto foi aprovado com ressalvas.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalva** do Projeto de Co-geração de Santa Terezinha – Tapejara. (Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda.) – Bahia, condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

1. Apresentação, como solicitado na Resolução n° 1 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima, da declaração sobre o responsável e o modo de comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão, assinada por todos os participantes do projeto.
2. Reapresentação do Relatório de Validação, observando:
  - ✓ Deve ser feita referência ao DCP – versão 04 de 17/07/2006, incluindo todas as suas alterações, como nova versão da metodologia ACM0006 e novos cálculos;
  - ✓ A Tabela 1 do Relatório de Validação também deve ser atualizada para referir-se à nova metodologia usada;

- ✓ Os relatórios resumos da validação, F-MDL-REG e F-CDM-REG, devem ser modificados coerentemente com o Relatório de Validação, observando também a versão da metodologia ACM0006.
  - ✓ Ambas as versões em português e em inglês devem ter a mesma revisão e data;
3. Esclarecer a situação de que a Usina Santa Therezinha, ao contrário do que está afirmado no PDD/DCP, possui dois contratos com a Eletrobrás, que indicam o fornecimento total de 48,1 MW no âmbito do PROINFA. A usina foi habilitada na primeira chamada pública para um montante de 27,54 MW, correspondente a 100.509 MWh/ano (contrato 004/2004, de 30/06/2004); e habilitada na segunda chamada para um montante de 20,56 MW, correspondente a 42.188 MWh/ano (contrato 004<sup>a</sup>/2004 de 23/12/2004). Portanto o fornecimento para a rede deveria ser de 48,1 MW e não o que consta no DCP de 28 MW e 142.778 MWh/ ano entre 2007 e 2012.

A Dra. Laura Porto manifestou a dificuldade que o Ministério das Minas e Energias vem enfrentado para cumprir a crescente demanda de análise de projetos MDL da CIMGC. Informou que, com vistas a sanar esta dificuldade, estuda a possibilidade de contratação de pessoal capacitado para contribuir com as análises. Questionou ao MCT se seria possível disponibilizar antecipadamente seus pareceres a fim de facilitar a avaliação destes projetos.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro destacou que o MCT enfrenta o mesmo problema e também estuda a possibilidade de ampliação da equipe técnica ou a contratação de consultores externos. Acrescentou que esta questão está sendo levada ao Ministro Sérgio Rezende.

Sobre a possibilidade de distribuir antecipadamente os pareceres elaborados pelo MCT, informou que talvez não seja possível finalizá-los com a antecedência necessária para a distribuição aos demais membros da CIMGC. Sugeriu, alternativamente, que cada Ministério concentrassem suas análises nos temas específicos de suas áreas de competência. Acrescentou ainda que está em estudo a possibilidade de realização de reuniões mensais da CIMGC.

O Secretário Executivo informou já estar trabalhando com a equipe de informática, visando a elaboração de uma página na internet, restrita aos membros da CIMGC, que melhoraria a distribuição e o acesso a todos os documentos dos projetos em análise.

O Secretário Executivo destacou que um problema recorrente tem sido a submissão de projetos MDL na semana que antecede a reunião da CIMGC e muitas vezes até mesmo apenas um dia de antecedência à reunião. No caso do projeto Votorantin Cimentos, recebeu um telefonema do presidente da empresa questionando-o sobre a análise e informando-o que havia submetido a documentação à Comissão com antecedência de uma semana. Entretanto, a empresa responsável pela elaboração do projeto o encaminhou um dia antes da reunião da CIMGC.

Sobre o aprimoramento do processo de distribuição dos documentos o Secretário Executivo pediu ao Dr. Marcos Willian que informasse quais providências estão sendo adotadas.

O Dr. Marcos Willian informou que a Secretaria Executiva vem trabalhando no sentido de garantir agilidade no processo de disponibilização dos documentos a todos os membros da Comissão, além de criar mecanismos de confirmação e monitoramento do recebimento destas informações. Destacou que formulários específicos foram desenvolvidos para registrar o recebimento das informações transmitidas a todos os membros e, caso necessário, contatá-los via telefone para sanar quaisquer dificuldades. Acrescenta que assim que a página restrita aos membros esteja disponível, todos poderão, a partir de qualquer local, visualizar a situação dos projetos em análise na CIMGC.

A Dra. Laura Porto declarou concordar com o posicionamento do Secretário Executivo, destacando que os proponentes têm encaminhado, sistematicamente, seus projetos MDL muito próximo à data da reunião da CIMGC. Questiona se não seria viável a definição de uma data limite para que as respostas e projetos encaminhados sejam analisados.

O Secretário Executivo concordou com a sugestão e propôs o prazo de uma semana como o mínimo razoável para análise dos projetos. Entretanto, acrescentou que tal medida somente poderia entrar em vigor após a publicação de uma resolução específica da CIMGC.

#### **Projeto Embralixo/Araúna Projeto de gás do Aterro de Bragança (EAPGAB) – Nº 89**

A Dra. Branca observou que este projeto respondeu o Ofício nº MDL 113/2006/CIMGC, informou que a maioria das exigências foram atendidas, restando apenas questões menores de cunho editorial. Sugeriu que este projeto deveria ser aprovado com ressalva pela CIMGC.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro observou que o projeto respondeu o Ofício nº MDL 113/2006/CIMGC, informou que a posição do MCT é favorável pela aprovação do projeto, porém, restou pendente o esclarecimento da exigência 06 sobre o instrumento legal firmado entre os proponentes do projeto e o governo local.

O Dr. Adriano informou que existe uma pendência relacionada ao licenciamento ambiental específico para a atividade de projeto. Destacou que cabe obter esclarecimentos junto ao empreendedor sobre as ações previstas e empreendidas até o momento para obter as licenças ambientais cabíveis.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro ponderou que o ponto em questão é o esclarecimento da relação que existe entre o proprietário do aterro e Município.

O Dr. Lindemberg Bezerra representante do Ministério da Fazenda salientou que a questão mais relevante, no seu ponto de vista, seria garantir a homogeneidade no tratamento que CIMGC tem dando a este tema.

O Secretário Executivo exemplificou que o Aterro de Cariacica, envolvido em uma atividade MDL já aprovada pela CIMGC comprovou a relação entre o proprietário do aterro privado e doze municipalidades. Fazem reciclagem do material plástico, gerando sacos plásticos, telhas e vassouras que são distribuídos entre as prefeituras. Destacou que se



trata de um contrato de prestação de serviços entre as prefeituras e o Aterro de Cariacica. Assim, avalia que não deve existir impedimento legal para que um aterro sanitário privado atue em parceria com as municipalidades. Em sua opinião não há necessidade de exigir contrato de concessão, apenas o devido licenciamento ambiental.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro reafirmou que a administração do aterro sanitário deve apresentar algum documento que comprove a anuência do poder público local para o funcionamento do aterro sanitário. Ponderou que, eventualmente, este aterro poderia estar localizado próximo a um hospital ou escola, e o município deveria ter anuência desta atividade.

O Secretário Executivo informou que os representantes da Prefeitura e o órgão ambiental local foram comunicados por meio de cartas consultas específicas encaminhadas pelos proponentes do projeto.

O Dr. Adriano esclareceu ainda que o projeto possui Licença de Operação, o que garante que aspectos sócio ambientais foram considerados e avaliados de maneira favorável.

Tendo em vista o acima exposto o Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro concordou com a argumentação apresentada, entendendo que os aspectos sócio-ambientais relevantes para a atividade de projeto foram satisfatoriamente atendidas e que o poder público local tem anuência da atividade que vem sendo desenvolvida no aterro sanitário em questão.

Assim, a CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalva** do Projeto Embralixo/Araúna Projeto de gás do Aterro de Bragança (EAPGAB), condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

1. Esclarecimento sobre as ações previstas e empreendidas até o momento para obter as licenças ambientais cabíveis, considerando a nova data para início da atividade de projeto de MDL.
2. Esclarecimento sobre o tipo de concessão ou acordos de disposição de lixo que a Embralixo tem para explorar a atividade de aterro sanitário. A explicação dada em resposta ao Ofício nº MDL 113/2006/CIMGC não esclareceu a questão.

### **Projeto Eliane de Troca de Combustível para Gás Natural – Nº 97**

A Dra. Branca observou que este projeto respondeu o Ofício nº MDL 114/2006/CIMGC, mas que algumas exigências essenciais não foram atendidas, entre elas a apresentação de licença operacional para a unidade 04 e discussão da adicionalidade do projeto. Assim, como a questão da adicionalidade requer uma reavaliação do projeto, sugere que seja mantido em revisão pela CIMGC.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro pediu aos demais membros da CIMGC que apresentassem seus apontamentos. Não havendo outros comentários, o projeto foi mantido em revisão.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto Eliane de Troca de Combustível para Gás Natural, com o atendimento das seguintes exigências:

1. Esclarecer divergência relacionada à localização do empreendimento Eliane IV, uma vez que no DCP/PDD consta que tal empreendimento situa-se na municipalidade de Criciúma e a LAO 1459/04 refere-se a um empreendimento localizado em Cocal do Sul. Confirmar qual a licença válida para o empreendimento Eliane IV.
2. Apresentar dados e respectivas referências sobre as quantidades e tipos de combustíveis consumidos pelas empresas concorrentes no ramo de cerâmica, a partir de 2001, para fundamentar a hipótese de adicionalidade da atividade de projeto. A empresa ao incorporar, em 2001, o gás natural em seus processos produtivos pode tê-lo feito de forma pioneira mas não necessariamente o fez de forma isolada.
3. Incorporar os esclarecimentos acima em nova versão do PDD/DCP.
4. Reapresentar o Relatório de Validação e o formulário F-MDL-REG/F-CDM-REG para refletirem a nova versão do DCP/PDD.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro informou que o Projeto de uso da escória de alto-forno na produção de cimento na Votorantim Cimentos - nº 85, não pode ser analisado uma vez que a documentação foi encaminhada de última hora.

O Secretário Executivo acrescentou que o presidente da Votorantim telefonou pedindo a agilização da análise de seu projeto e informando que o mesmo havia sido encaminhado com antecedência superior a uma semana, entretanto o projeto somente foi recebido pela CIMGC um dia antes da presente reunião.

A Dra. Laura Porto pediu licença da reunião, informado que teria de se ausentar para atender a outros compromissos. Informou que o posicionamento do MME seria feito pelo Sr. João Luiz Tedeschi. Destacou ainda que chamou sua atenção a submissão do primeiro projeto envolvendo uma usina hidrelétrica de 130 MW que possui uma área de alagamento inferior ao de algumas PCHs.

## **23. Projetos pedindo nova carta de aprovação**

### **Projeto Cosipar – N° 12**

O Secretário Executivo informou que este projeto já havia sido aprovado pela CIMGC mas devido a alterações na metodologia foi obrigado a pedir nova carta de aprovação. Entretanto, no meio tempo, o Ministério do Meio Ambiente apresentou denúncias de uso indevido de florestas nativas e não de florestas plantadas, conforme determina o DCP/PDD. Ressaltou ainda que esta atividade foi multada duas vezes pelo IBAMA.

O Secretário Executivo informou ainda que pediu a revisão do processo junto ao Conselho Executivo do MDL, pois seus proponentes tentaram registrá-lo no Conselho Executivo mesmo sem a Carta de Aprovação do Governo Brasileiro.

Informou que casos como o do projeto Cosipar motivaram a elaboração de uma minuta de resolução da CIMGC para tratar especificamente de procedimentos de anulação da Carta de Aprovação e criar instrumentos para comprovar a veracidade das informações apresentadas nos DCP/PDD. Convidou então o Dr. Haroldo Machado para apresentar o texto proposto.

O Dr. Haroldo Machado informou que a proposta de Resolução 04 foi elaborada com o intuito de estabelecer os procedimentos que a CIMGC deve tomar nos casos de ilegitimidade ou ilegalidade. Esclareceu que como qualquer ato administrativo, a “Carta de Aprovação da CIMGC” é passível de anulação. Explicou que a anulação dos atos administrativos, ilegítimos ou ilegais, tem efeito até suas origens, invalidando todas as consequências passadas, presentes e futuras provocadas por ele, não gerando direitos e obrigações para as partes envolvidas.

O Secretário Executivo salientou que a Resolução 04 também contempla a hipótese de verificar, junto aos órgãos competentes, as informações fornecidas pelos proponentes de projetos, nos casos de suspeita de ilegalidade.

O Secretário Executivo sugeriu aos demais membros da CIMGC que consultem seus respectivos departamentos jurídicos e apresentem sugestões na próxima reunião.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro questionou se a anulação da Carta de Aprovação não deveria ser feita pelo Presidente da Comissão, uma vez que é dele a competência para assiná-la. Os membros da Comissão debateram o assunto e concordaram com o posicionamento.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro acrescentou que seria importante informar aos proponentes do projeto os motivos que levaram a CIMGC a tomar a decisão de anular a Carta de Aprovação.

O Dr. Haroldo Machado ponderou que uma questão que ainda deveria ser definida são os procedimentos de recursos que poderão ser criados para que os proponentes do projeto discutam a decisão da CIMGC. Pede aos Membros da Comissão que pensem a esse respeito e apresentem suas considerações durante a próxima reunião. Avalia que a possibilidade de defesa poderia ocorrer via resolução ou apenas por meio da via judiciária.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro observou que a possibilidade de defesa deve ocorrer após a anulação da Carta de Aprovação, porém, antes do seu envio ao Conselho Executivo do MDL. Acrescentou que tal procedimento deveria estar explícito em um possível parágrafo terceiro da resolução em questão.

O Secretário Raphael Azeredo, ressaltou a relevância do tema e a necessidade de considerações céleres por parte da CIMGC. Assim expressou apreensão com a

possibilidade de consultas demoradas aos departamentos jurídicos de cada um dos Ministérios.

O Secretário Executivo concordou com o posicionamento e reafirmou a urgência do tema. Destacou que atualmente existem dois projetos que demandam atenção especial da CIMGC e que poderão requerer as medidas previstas na Resolução 04. Assim, pediu aos membros da CIMGC que considerem o tema com vistas a deliberação durante a próxima reunião.

O Dr. Haroldo se prontificou a elaborar uma nova minuta da Resolução 04, levando em consideração as alterações discutidas durante a reunião, e encaminhá-la por meio da Secretaria Executiva, aos demais membros.

O Dr. Adriano Oliveira sugeriu que a Comissão aguarde até a aprovação da Resolução 04 para deliberar sobre o Projeto Cosipar. Adicionalmente apresentou à CIMGC uma compilação de documentos que materializam as denúncias apresentadas pelo MMA sobre o projeto em questão.

O Secretário Executivo lembrou que os proponentes do projeto Cosipar tentaram registrar o projeto sem a Carta de Aprovação do governo brasileiro, e que a Secretaria Executiva já pediu a revisão do processo de registro do projeto. Assim, enquanto durar este processo no Conselho Executivo a CIMGC não concederá nova carta de aprovação ao projeto.

Questionado se a CIMGC deveria informar os participantes do projeto sobre sua decisão, o Secretário Executivo avaliou que a única informação que a CIMGC deveria, caso provocada, encaminhar aos proponentes do projeto é que o Ministro Sérgio Rezende ainda está considerando o assunto e não emitiu a nova carta.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro pediu licença aos demais membros da reunião e informou que teria de se ausentar em função de um compromisso já firmado com o Presidente da República. Pediu ao Secretário Executivo que prosseguisse em seu lugar presidindo a reunião.

## **24. Projetos submetidos à 31ª Reunião da CIMGC**

### **Projeto Hidrelétrica Aquarius – N° 90**

A Dra. Branca Americano informou que se trata de uma PCH com potência instalada de 4,2 MW. Destacou que o projeto contribui para o desenvolvimento sustentável mas existem algumas incorreções que devem ser corrigidas. Assim, sugere que este projeto seja aprovado com ressalvas pela CIMGC. Informou ainda que a análise do MCT detectou que a licença ambiental encaminhada pelo proponente do projeto parece ter a data carimbada, questionou ao representante do MMA se na sua opinião haveria alguma providência a ser tomada.

O Dr. Adriano Oliveira analisou o documento e não objetou à aprovação do projeto.

O Secretário Executivo pediu aos demais membros da CIMGC que apresentassem seus apontamentos. Não havendo outros comentários, a CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalva** do Projeto Hidrelétrica Aquarius, condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

1. Apresentação, como solicitado na Resolução nº 1 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima, da declaração sobre o responsável e o modo de comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão, do termo de compromisso do envio de documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas e das cartas de conformidade da situação ambiental e trabalhista, documentos que devem ser assinados por todos os participantes do projeto.
2. O Relatório de Validação em português deve ser corrigido para ficar conforme a versão em inglês. Corrigir a numeração na sessão “Referências” (pág. 10) e as informações sobre a versão e número de páginas do documento que constam na folha de rosto.
3. No DCP/PDD deve constar claramente qual a versão da metodologia de pequena escala I.D que foi utilizada para desenvolver o projeto.
4. A Licença de Instalação ambiental fornecida pelo IBAMA nº 214/2002 apresentada pelo proponente do projeto está datada de 11 de janeiro de 2005, enquanto o DCP/PDD sessão F.1 e o Anexo III informam que essa Licença de Instalação havia sido emitida em 20 de dezembro de 2002. Esta incongruência deve ser corrigida, informando-se de forma clara e consistente a data de emissão e validade da Licença de Instalação nº 214/2002.
5. Corrigir o comentário acerca do PROINFA (item B.3), pág 14 do DCP: “Muitas companhias elétricas divulgaram perdas em 2003. Sem dúvida, essa situação incentivou as autoridades a adiar a implementação do Proinfa”: Trata-se de uma suposição e não é coerente com o processo de implementação do Programa.

### **Projeto Central Hidrelétrica de fio d’água Monte Claro da Ceran – Nº 91**

A Dra. Branca Americano informou que se trata de uma Central Hidrelétrica com potência instalada de 130 MW. Informou que a metodologia utilizada pelo empreendimento está vencida e apresentada com uma notação distinta da utilizada pela UNFCCC. Assim, tanto o DCP/PDD quanto o Relatório de Validação / Validation Report devem ser atualizados a fim de contemplar as alterações da nova metodologia. Pediu que o proponente do projeto esclarecesse se existe autorização da ANEEL para operação das duas turbinas previstas no projeto e explicasse qual a participação do município de Nova Roma, que consta nas licenças ambientais, mas não no DCP/PDD. Assim, tendo em vista o acima exposto, sugeriu que este projeto fosse colocado em revisão pela CIMGC.

O Dr. João Luiz Tedeschi informou que no ponto de vista do MME a Licença de Operação está expirada deste 03 de agosto de 2006, destacou também que no item A.4.3 da página sete do DCP consta a informação de que os equipamentos instalados são turbinas do tipo “Kaplan”, enquanto o relatório de validação informa que as turbinas são do tipo “Francis”, ademais, na página 1 do Anexo III sugeriu que os textos referentes a ações tomadas pelo

Governo Brasileiro após a crise energética deveriam ser retirados ou reformulados uma vez que o Brasil implementou um plano de geração emergencial temporária, com término previsto para 2005, seguido a risca pelo governo.

O Dr. Adriano Oliveira informou que o MMA havia considerado satisfatória a licença ambiental apresentada, considerando a data futura de início da implementação da atividade de projeto, porém como legalmente é necessária a apresentação de pedido de renovação de licença com 180 dias de antecedência, concordou com o posicionamento do MME.

A Dr. Branca Americano pediu ao representante do MME que encaminhasse por escrito suas considerações, no formato apropriado para o envio aos proponentes do projeto.

O Dr. João Luiz Tedeschi se comprometeu a encaminhar o parecer até sexta feira, dia 11 de agosto de 2006.

O Secretário Executivo pediu aos demais membros da CIMGC que apresentassem seus apontamentos. Não havendo outros comentários, a CIMGC deliberou pela revisão do Projeto Central Hidrelétrica de fio d'água Monte Claro da Ceran, para atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentação, como solicitado na Resolução nº 1 da CIMGC, da declaração sobre o responsável e o modo de comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão, do termo de compromisso do envio de documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas e das cartas de conformidade da situação ambiental e trabalhista, documentos que devem ser assinados por todos os participantes do projeto. Além disso, esses participantes devem enviar documentos que comprovem a legitimidade para assinatura dos documentos mencionados, conforme a Resolução nº 3 da CIMGC, em vigor desde 19/05/2006.
2. Esclarecer qual a versão da metodologia ACM0002 utilizada. A notação utilizada no DCP/PDD para descrever a versão da metodologia utilizada pela atividade de projeto (exemplo “ACM0002 (2004)”) é distinta da utilizada pela UNFCCC. Tal notação deve ser corrigida e deve constar claramente qual a versão da metodologia ACM0002 utilizada para desenvolver o projeto. O Relatório de Validação atesta o uso da versão 05, de 03 de março de 2006; entretanto, desde 19 de maio de 2006, a versão válida para a metodologia ACM0002 é a de número 06.
3. Esclarecer se a segunda unidade geradora tem autorização para operar, uma vez que a Resolução Autorizativa nº 1.100 da ANEEL de 28 de dezembro de 2004 libera apenas a primeira unidade geradora (UG 1) de 65.000 kW da Usina Hidrelétrica Monte Claro.
4. Foram constatadas divergências em relação à localização da atividade de projeto. Tanto na Licença de Operação emitida pela FEPAM quanto nas Resoluções Autorizativas emitidas pela ANEEL, consta que a Usina Hidrelétrica Monte Claro localiza-se nos municípios de Bento Gonçalves e Veranópolis. Na LO consta ainda que o empreendimento localiza-se também no município de Nova Roma. No DCP/PDD consta que a atividade de projeto localiza-se apenas no município de

Veranópolis. Caso a atividade de projeto esteja localizada também nos outros municípios citados, refazer o processo de validação, para incluir os convites e comentários a todos os atores citados na Resolução N° 1.

5. Reapresentar o Relatório de Validação e o formulário F-MDL-REG/F-CDM-REG para refletirem a nova versão do DCP/PDD.
6. Esclarecer qual o tipo de turbina do projeto. No item A.4.3, pág 7/53 do DCP, é dito que o projeto possui uma “Queda-d’água de 41,15 m, para uma capacidade instalada total de 130 MW (2 turbinas Kaplan de 65 MW)” e no Relatório de Validação n° 2006-02320 - rev.1, página 5, item 3.2, 1° parágrafo, emitido pela DNV, os equipamentos motrizes instalados constam ser do tipo Francis;
7. Apresentar o cálculo detalhado da energia anual gerada pela atividade de projeto que foi utilizada na estimativa de redução de emissão de gases de efeito estufa. Na seção E do PDD os cálculos deveriam partir da potência instalada até as correspondentes reduções de emissões de CO<sub>2</sub>. para dar transparência aos resultados.

### **Projeto de produção de cimento composto com escória de alto-forno na Cimento Mizu – N° 92**

A Dra. Branca Americana informou que se trata de um projeto semelhante ao projeto n° 85 “Projeto de uso de escória de alto-forno na produção de cimento na Votorantim Cimentos”, utiliza a metodologia ACM0005 versão 03 que não é mais válida, não explica qual a energia utilizada no processo de secagem, não especifica qual a adição da escória na produção de cimento entre outras questões, e assim, sugeriu que este projeto fosse revisto pela CIMGC.

O Dr. Adriano Oliveira informou que no Relatório de Validação consta que o projeto possui Licença Operacional, entretanto tal licença não foi apresentada. Pela idade do empreendimento, o Dr. Adriano avaliou que esta licença já deveria ter sido concedida. Pediu ainda que o Parecer do MMA fosse retificado, a fim de alterar seu posicionamento de “Aprovação com Ressalva” para “Revisão”.

O Secretário Executivo pediu aos demais membros da CIMGC que apresentassem seus apontamentos. Não havendo outros comentários, a CIMGC deliberou pela revisão do Projeto de produção de cimento composto com escória de alto-forno na Cimento Mizu, para atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentar o DCP usando a metodologia ACM0005 – versão 3, pois a versão anterior não pode mais ser utilizada.
2. Esclarecer qual foi a versão utilizada da metodologia ACM0002.
3. Esclarecer se e como a energia consumida no processo de secagem da escória utilizada no projeto foi considerada no cálculo das Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa da atividade de projeto;
4. Apresentar dados que comprovem que atividade de projeto não é linha de base. Apresentar evidências empíricas para fundamentar as barreiras relatadas. Utilizar os

- dados disponíveis para calcular todas as alternativas listadas na metodologia ACM0005 e escolher o menor valor para o benchmark da adição de escória.
5. Recalcular as reduções de emissões usando um fator de emissão para a linha de base que considere somente as usinas do sub-sistema SE-CO. O pedido tem como fundamento o fato da atividade de projeto estar localizada na região Sudeste e que a inclusão de usinas do sub-sistema Sul aumenta o fator de emissão da linha de base de forma não conservadora. Ademais o ONS utiliza essa definição de subsistema (Sul e Sudeste/Centro-Oeste) e tem as informações necessárias nesse nível de desagregação.
  6. Apresentar a Licença de Operação do projeto.
  7. Esclarecer porque o nome e o endereço da fábrica, constantes do DCP, são diferentes daqueles contidos nas Licenças Ambientais encaminhadas à Comissão.
  8. Refazer o processo de validação para que os atores envolvidos tenham a oportunidade de comentar a atividade de projeto como estipulado na regulamentação do MDL. Esse pedido está fundamentado no fato de as cartas convite terem sido encaminhadas aos atores após a finalização do processo de consulta.
  9. Reapresentação do Relatório de Validação, retirando a citação à Carta de Aprovação do Governo do Brasil do Anexo 2 – Lista dos Documentos Anexados já que está ainda não foi emitida. Atualizar a referência correta à versão do DCP.
  10. Apresentar a declaração sobre o responsável e o modo de comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão, o termo de compromisso do envio de documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas e as cartas de conformidade da situação ambiental e trabalhista assinados também pelo segundo participante do projeto, Ecoinvest Carbon, conforme determina a Resolução nº 01 da CIMGC.

### **Projeto de Gás de Aterro SIL (PROGAS) – N° 93**

A Dra. Branca Americano avaliou que o projeto foi bem elaborado, restando apenas pequenas correções de tradução no DCP.

O Dr. Adriano recomendou que o projeto deveria ser revisto haja visto que não apresenta licença ambiental. Destacou também que o proponente do projeto avaliou a possibilidade de utilizar resíduos classe 1 (resíduos perigosos) na atividade de projeto.

O Secretário Executivo contra-argumentou que a utilização de resíduos classe 1 não é um impedimento para a elaboração de um projeto MDL, contanto, que o projeto esteja adequadamente licenciado.

A Dra. Branca Americano informou que este projeto ainda não foi instalado, assim, seria impossível requerer que o proponente do projeto encaminhe Licença de Operação. Assim, questionou o representante do MMA, qual deveria ser o procedimento adotado para estes empreendimentos.

O Dr. Adriano destacou que os proponentes do projeto devem notificar o órgão ambiental sobre qualquer modificação que pretendem realizar no empreendimento. Completou que concorda que o projeto possa ser aprovado com ressalva, contanto que sejam informados



quais os procedimentos tomados para assegurar o devido processo de licenciamento ambiental. Ressaltou que existem três tipos de licenças ambientais, Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação e que antes de entrar em operação o proponente deve ter iniciado o processo de licenciamento ambiental. Salientou que o objetivo do MMA é garantir que o proponente do projeto demonstre clara intenção de licenciar seu empreendimento.

O Secretário Executivo pediu aos demais membros da CIMGC que apresentassem seus apontamentos. Não havendo outros comentários, a CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalva** do Projeto de Gás de Aterro SIL (PROGAS), condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

1. Reapresentação do DCP com tradução das figuras e tabelas que estão em inglês no DCP.
2. Esclarecimento sobre as ações previstas e empreendidas até o momento para obter a Licença de Operação específica para a atividade de projeto, cujo início está previsto para 1º de janeiro de 2007.

**Rialma Companhia Energética I S/A. – Pequena Central Hidrelétrica Santa Edwiges I – Projeto de MDL de Pequena Escala – Nº 94**

A Dra. Branca Americano avaliou que este projeto deveria ser revisto haja visto que utiliza fator de emissão da rede, sul-sudeste centro-oeste; menciona o Município de Posse porém não apresenta o encaminhamento das cartas-convite para comentários, faz menção inadequada ao PROINFA entre outras questões.

O Secretário Executivo pediu aos demais membros da CIMGC que apresentassem seus apontamentos. Não havendo outros comentários, a CIMGC deliberou pela revisão do projeto Rialma Companhia Energética I S/A. – Pequena Central Hidrelétrica Santa Edwiges I – Projeto de MDL de Pequena Escala, para atendimento das seguintes exigências:

1. Recalcular as reduções de emissões usando um fator de emissão para a linha de base que considere somente as usinas do subsistema Sudeste/Centro-Oeste. O pedido tem como fundamento o fato de a usina estar na região Centro-Oeste e que a inclusão do subsistema Sul aumenta o fator de emissão da linha de base de forma não conservadora.
2. Apresentar as cartas-convites referentes ao município de Posse.
3. Apresentar, como solicitado na Resolução Nº 1 da CIMGC, a declaração sobre o responsável e o modo de comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão, o termo de compromisso do envio de documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas e as cartas de conformidade da situação ambiental e trabalhista, documentos que devem ser assinados por todos os participantes do projeto. Além disso, esses participantes devem enviar documentos que comprovem a legitimidade para assinatura dos documentos mencionados, conforme a Resolução nº 3 da CIMGC, em vigor desde 19/05/2006.

4. Reapresentar o DCP/PDD excluindo a afirmação incorreta de que “o governo brasileiro determinou que os projetos incluídos no PROINFA também serão elegíveis para participar do MDL”. A afirmação deve ser retirada ou reformulada uma vez que a decisão de aceitar projetos oriundos de políticas governamentais como atividade de MDL foi dos países partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas.
5. Alterar a informação de que a EPE seria a Empresa de Planejamento Energético (item B.3), pág 15 do DCP: o correto é EPE – Empresa de Pesquisa Energética.
6. Incluir, no DCP/PDD o município de Posse na localização do projeto.
7. Refazer o processo de validação, para incluir os convites e comentários a todos os atores citados na Resolução N° 1 (incluindo os referentes ao município de Posse).
8. Reapresentar o Relatório de Validação e o formulário F-MDL-REG/F-CDM-REG para refletirem a nova versão do DCP/PDD. As versões em português e em inglês devem ser conformes: o Relatório de Validação atual trunca a frase final da página 2 e os resumos F-MDL-REG/F-CDM-REG referem-se a versões divergentes de DCP/PDD.

O Secretário Executivo convidou o Dr. Newton Paciornik, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia para apresentar suas considerações sobre o caso específico apresentado pela Dra. Branca Americano, no qual alguns dos atores regionais não recebem Carta-Convite, conforme determina a Resolução 01.

O Dr. Newton Paciornik destacou que o processo de validação requer que a Entidade Operacional Designada (EOD) verifique se a legislação nacional está sendo cumprida, inclusive a Resolução 01. Assim, apontou que o seu entendimento é que a EOD deve, durante a validação de um projeto, verificar se todos os atores regionais foram consultados, antes do processo de validação. Salientou que de nada adianta a empresa encaminhar Cartas-Convite aos atores regionais após a validação do projeto.

O Secretário Executivo informou que pediu ao Conselho Executivo que esclarecesse se existia alguma regulamentação obrigando que as consultas públicas deveriam ser feitas antes da validação do projeto. A resposta do Secretariado do Conselho Executivo foi de que não existe tal regulamentação. Imediatamente pediu ao Conselho Executivo que providenciasse essa correção na regulamentação a fim de estabelecer que as consultas públicas devem ser realizadas antes do processo de validação. Desta forma, esclarece que não há necessidade que a CIMGC se manifeste a respeito deste tema.

O Dr. Newton Paciornik ressaltou que os membros da CIMGC devem ficar atentos a esta questão, e que os ofícios encaminhados aos proponentes de projeto devem conter, explicitamente, que caso os atores regionais não tenham sido consultados antes do período de validação, novas consultas deveriam ser realizadas e um novo processo de validação iniciado a fim de garantir que eventuais manifestações sejam incorporadas ao projeto.

## **Projeto Parque Eólico Osório – N° 95**

A Dra. Branca Americano informou que se trata de um projeto de 150 MW no Rio Grande do Sul. Destacou que o projeto foi bem desenvolvido e o único item que merece ser mencionado é que as declarações encaminhadas à Secretaria Executiva não estão assinadas por todos os participantes do projeto.

O Dr. Adriano Oliveira argumentou que não foi encaminhada Licença de Operação deste projeto.

A Dra. Branca Americano informou que os proponentes do projeto encaminharam, há cerca de 10 dias, uma nova versão da documentação alterando a metodologia e a data de início da atividade de projeto.

Considerando a afirmação da Dra. Branca, o Dr. Adriano não se opôs a aprovação com ressalvas do projeto.

O Secretário Executivo propões que o MMA verificasse a documentação mencionada pela Dra. Branca e se manifestasse até Sexta Feira dia 11 de agosto de 2006 caso não concorde com a deliberação da CIMGC.

O Secretário Executivo pediu aos demais membros da CIMGC que apresentassem seus apontamentos. Não havendo outros comentários, a CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalva** do Projeto Parque Eólico Osório, condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

1. Apresentação da Licença de Operação da atividade de projeto já que a Usina Eólica iniciou a operação em 30 de maio de 2006 (data constante do DCP).
2. Apresentação, como solicitado na Resolução nº 1 da CIMGC, das cartas de conformidade da situação ambiental e trabalhista, documentos que devem ser assinados por todos os participantes do projeto. Além disso, esses participantes devem enviar documentos que comprovem a legitimidade para assinatura dos documentos mencionados, conforme a Resolução nº 3 da CIMGC, em vigor desde 19/05/2006.

O Dr. Newton Paciornik pediu, aproveitando o tema levantado na análise do projeto acima, para adiantar o item da pauta de outros assuntos que trata sobre a necessidade de assinatura por todos os participantes do projeto.

Não havendo objeções o Secretário Executivo autorizou a inversão de pauta.

O Dr. Newton indagou se a CIMGC deveria exigir a assinatura dos participantes estrangeiros ou apenas dos participantes nacionais da atividade de projeto”. O Dr. Newton informou que a Resolução 01 requer que todos os participantes do projeto assinem as declarações, entretanto, entende que seria mais adequado que apenas os participantes brasileiros fossem obrigados a assinar estes documentos, mesmo porque a carta de aprovação é encaminhada apenas aos participantes nacionais.

O Secretário Executivo concordou com o posicionamento e sugeriu que este tema fosse incluído na Resolução nº 04.

A Dra. Branca questionou se a declaração de distribuição de unidades deveria enquadrar-se na nova regra.

O Secretário Executivo entendeu que a regra deve se aplicar a todas as declarações.

### **Projeto de Cogeração com Bagaço Água Bonita (PCBAB) – N° 96**

A Dra. Branca Americano avaliou que o projeto contribui com o desenvolvimento sustentável e poderia ser aprovado com ressalva uma vez que apenas algumas correções na tradução do DCP precisam ser feitas além do encaminhamento das declarações exigidas pela Resolução 01 assinadas por todos os participantes do projeto.

O Dr. João Luiz Tedeschi pediu que o projeto fosse revisto em função de uma discrepância entre o montante de energia exportada para a rede (DCP página 45) e o valor assinado com o PROINFA. No DCP consta que a quantidade de energia exportada seria de 89 mil MW/ano, enquanto no PROINFA o valor seria de 58 mil MW/ano.

O Dr. Adriano acrescentou que o proponente do projeto informou que a manutenção do empreendimento seria feito por mão de obra pouco qualificada. Sugeriu que este ponto fosse revisto ou esclarecido.

O Secretário Executivo pediu aos demais membros da CIMGC que apresentassem seus apontamentos. Não havendo outros comentários a CIMGC deliberou pela revisão do Projeto de Cogeração com Bagaço Água Bonita (PCBAB), para atendimento das seguintes exigências:

1. Rever a tradução do DCP como, por exemplo, os seguintes pontos:
  - ✓ Há texto não traduzido no item A.3, página 3;
  - ✓ Na Seção C, as indicações de anos não foram traduzidas;
  - ✓ A Figura 2 não foi traduzida;
  - ✓ A legenda da Figura 4 não foi traduzida.
2. Apresentação, como solicitado na Resolução nº 1 da CIMGC, da declaração sobre o responsável e o modo de comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão, do termo de compromisso do envio de documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas e das cartas de conformidade da situação ambiental e trabalhista, documentos que devem ser assinados por todos os participantes do projeto. Além disso, esses participantes devem enviar documentos que comprovem a legitimidade para assinatura dos documentos mencionados, conforme a Resolução nº 3 da CIMGC, em vigor desde 19/05/2006.
3. Indicação de forma clara do montante de energia elétrica gerada que será exportado para a rede, pois há uma discrepância entre o valor apresentado na Figura 10 ,

Anexo 3, pág 45 do DCP, que indica 89.318 MWh/ano, e o contrato assinado pela Destilaria Água Bonita Ltda com a Eletrobrás, cujo CCVE indica o fornecimento de 58.326 MWh/ano de energia no âmbito do PROINFA.

4. Esclarecer o comentário sobre barreira econômica e de investimento ao Projeto, em que não se menciona o incentivo dado pelo PROINFA (item B.3, Passo 3), página 17 do DCP.

### **Projeto Substituição de óleo combustível por gás natural na Votorantim Cimentos Cubatão – N° 101**

A Dra. Branca Americano destacou que o projeto utiliza uma metodologia que não está mais ativa. Acrescentou que é necessário que todos os participantes do projeto assinem as declarações exigidas pela resolução 01 e informem corretamente a situação do empreendimento quanto ao licenciamento ambiental. Assim, sugeriu que o projeto seja posto em revisão.

O Secretário Executivo pediu aos demais membros da CIMGC que apresentassem seus apontamentos. Não havendo outros comentários, a CIMGC deliberou pela revisão do Projeto Substituição de óleo combustível por gás natural na Votorantim Cimentos Cubatão, para atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentar a atividade de projeto (PDD/DCP, Relatório da Validação em português e inglês) usando metodologia válida. A metodologia utilizada, AM0008, não está mais ativa. Ela foi substituída pela metodologia consolidada ACM0009.
2. Apresentar as licenças em nome da Votorantim Cimentos ou esclarecer a relação da Cimento Rio Branco S. A. com a Votorantim Cimentos, já que as licenças de funcionamento e operação estão em nome da primeira;
3. Apresentar, como solicitado na Resolução n° 1 da CIMGC, a declaração sobre o responsável e o modo de comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão, o termo de compromisso do envio de documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas e as cartas de conformidade da situação ambiental e trabalhista, documentos que devem ser assinados por todos os participantes do projeto.
4. Apresentar, conforme a Resolução n° 3 da CIMGC, em vigor desde 19/05/2006, documentos que comprovem a legitimidade para assinatura dos documentos mencionados no item anterior.
5. Reapresentar o Relatório de Validação e o formulário F-MDL-REG/F-CDM-REG para refletirem a nova versão do DCP/PDD.

### **Projeto Raudi Sais Químicos – N° 102**

A Dra. Branca Americano informou que se trata de um tipo novo de projeto para a CIMGC envolvendo a produção de bicarbonato de amônia e sódio, carbonato de cálcio a partir do

CO<sub>2</sub> produzido pela fermentação do suco da cana de açúcar em uma destilaria de etanol (origem renovável).

Sugeriu que o projeto fosse aprovado com ressalva devido à necessidade de esclarecimentos sobre o processo de calibração dos equipamentos e licenciamento ambiental além da apresentação das declarações exigidas pela Resolução 01 assinadas por todos os participantes do projeto.

O Secretário Executivo pediu aos demais membros da CIMGC que apresentassem seus apontamentos. Não havendo outros comentários, a CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalva** do Projeto Raudi Sais Químicos, condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

1. Apresentação da Licença de Operação, englobando as produções dos três produtos, bicarbonato de sódio (NaHCO<sub>3</sub>), bicarbonato de amônia (NH<sub>4</sub>HCO<sub>3</sub>) e carbonato de cálcio (CaCO<sub>3</sub>);
2. Esclarecimento sobre o fato de os procedimentos de calibração, auditoria interna e operação ainda não estarem prontos e em operação desde o início do período de obtenção dos créditos, e se isso não traria incertezas no processo de monitoramento. Pede-se esclarecimento à Validadora sobre o motivo pelo qual ela solicitou que esse procedimento de calibração estivesse pronto antes do início do processo de verificação e não antes do início do processo de monitoramento;
3. Apresentação, como solicitado na Resolução n° 1 da CIMGC, da declaração sobre o responsável e o modo de comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão, do termo de compromisso do envio de documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas e das cartas de conformidade da situação ambiental e trabalhista, documentos que devem ser assinados por **todos** os participantes do projeto. Além disso, esses participantes devem enviar documentos que comprovem a legitimidade para assinatura dos documentos mencionados, conforme a Resolução n° 3 da CIMGC, em vigor desde 19/05/2006;
4. Corrigir na Conclusão do Anexo III a afirmação de que a atividade de projeto diminui a poluição atmosférica local através da utilização do CO<sub>2</sub> já que esse gás não é fonte de poluição local.

### **Projeto de Cogeração com Bagaço Mandu (PCBM)– N° 103**

A Dra. Branca Americano informou que se trata de um projeto de cogeração que na opinião do MCT deveria ser aprovado com ressalva haja visto que não foi apresentada Licença de Operação válida e declarações assinadas por todos os participantes do projeto.

O Dr. Adriano acrescentou que foi observada uma discrepância quanto à potência do empreendimento no Anexo III. Consta neste documento que haverá um aumento de capacidade de 5,2 MW para 30,2 MW, enquanto no DCP/PDD consta que o aumento será para apenas 25 MW.

O Dr. João Luiz Tedeschi acrescentou que no DCP/PDD consta que a energia gerada pelo empreendimento será de 111.000 MW/ano, enquanto que o contrato que o empreendimento tem com o PROINFA é de apenas 20.000 MW/ano.

O Secretário Executivo pediu aos demais membros da CIMGC que apresentassem seus apontamentos. Não havendo outros comentários, a CIMGC deliberou pela revisão do Projeto de Cogeração com Bagaço Mandu (PCBM), para atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentar, como solicitado na Resolução nº 1 da CIMGC, a declaração sobre o responsável e o modo de comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão, o termo de compromisso do envio de documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas e as cartas de conformidade da situação ambiental e trabalhista, documentos que devem ser assinados por todos os participantes do projeto. Além disso, esses participantes devem enviar documentos que comprovem a legitimidade para assinatura dos documentos mencionados, conforme a Resolução nº 3 da CIMGC, em vigor desde 19/05/2006.
2. Apresentar a Licença Ambiental que autoriza a geração de energia elétrica pela atividade de projeto. A “Licença de Instalação nº 40000217”, a “Solicitação de emissão de Licença de Operação” e o “Auto de Inspeção” tratam exclusivamente da produção de açúcar e álcool.
3. Apresentar a Licença de Operação já que o início da operação estava previsto para 26 de Junho de 2006.
4. Indicar de forma clara o montante de energia elétrica gerada que será exportado para a rede, bem como qual será o consumo próprio, pois isto não está claro nos dados apresentados na Tabela 6, Anexo 3, página 38 do DCP.

#### **Projeto Atiaia Energia S/A – Pequenas Centrais Hidrelétricas de Buriti e Canoa Quebrada – Nº 104**

A Dra. Branca Americano informou que foram detectados problemas na tradução do DCP, necessidade de apresentação das declarações exigidas pela Resolução 01, assinadas por todos os participantes do projeto e comprovação de legitimidade, além da correção no relatório de validação da afirmação de que a carta de aprovação do Governo Brasileiro consta entre os documentos analisados. Tendo em vista o acima exposto, propõe que o projeto seja aprovado com ressalvas.

O Dr. Adriano Oliveira acrescentou que consta no DCP/PDD a afirmação que uma determinada resolução da ANEEL estabelecerá que reservatórios com área entre 3 e 13 km<sup>2</sup> devem ter impacto ambiental mínimo. Entretanto ao estudar a suposta resolução não constatou qualquer menção de relação entre tamanho de reservatório e impacto ambiental.

O Secretário Executivo pediu aos demais membros da CIMGC que apresentassem seus apontamentos. Não havendo outros comentários, a CIMGC deliberou pela **aprovação com**

**ressalva** do Projeto Atiaia Energia S/A – Pequenas Centrais Hidrelétricas de Buriti e Canoa Quebrada, condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

1. A tradução do DCP em português deve ser conforme a versão do PDD, particularmente visando a elucidar:
  - As informações sobre os percentuais de controle das empresas Amper Energia S/A e Pouso Alto Energia S/A (itens A.2 e A.3),
  - As informações sobre os grupos controladores Atiaia ou ICAL (item A.2, Anexo 4 – Plano de Monitoramento).
  - Que serão necessárias as Licenças de Operação para as PCH de Buriti e Canoa Quebrada oportunamente, quando das suas entradas em operação.
2. Apresentação, como solicitado na Resolução N° 01 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima, da declaração sobre o responsável e o modo de comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão, do termo de compromisso do envio de documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas e das cartas de conformidade da situação ambiental e trabalhista, com as assinaturas de **todos** os participantes do projeto. Todas essas assinaturas devem vir acompanhadas de documentos que comprovem a **legitimidade** para tal ato, de acordo com Resolução N° 03 desta Comissão, em vigor desde o dia 19/05/2006.
3. Apresentar os instrumentos licenciatórios referentes à operação de ambas as PCHs, tendo em vista que a data de início da atividade foi maio de 2005.
4. Demonstrar que as características da Canoa Quebrada, que possui área de reservatório acima de 3 km², são condizentes a uma PCH, de acordo com o estabelecido no art. 4° da Resolução ANEEL N° 652/2003.
5. Alteração da informação de que a EPE seria a Empresa de Planejamento Energético (item B.3), página 17, penúltimo parágrafo do DCP: o correto é EPE – Empresa de Pesquisa Energética
6. Corrigir o texto do DCP (item B.3), página 21: “é necessário um incentivo sólido para promover a construção de projetos de pequena hidrelétrica no Brasil. Outra prova de que as barreiras são enormes: a maior parte dos projetos selecionados e contratados pelo PROINFA ainda não está em construção, e alguns deles provavelmente nunca serão construídos”. A afirmação é apenas uma suposição e portanto não se constitui em prova de barreira.
7. Reapresentação do Relatório de Validação, retirando a Carta de Aprovação do Governo do Brasil do Anexo 2 – Lista dos Documentos Anexados e do Anexo 3 – Visão geral da documentação que foi analisada e lista das pessoas entrevistadas.

### **Projeto de Gás de Aterro Sanitário de Manaus – N° 105**

A Dra. Branca Americano destacou que este projeto utiliza metodologias que não estão mais válidas além de apresentar pendências no licenciamento ambiental, por isso, sugere



que o projeto fique em revisão. Em seguida, informando que o MMA participou ativamente da análise do projeto, convidou o Dr. Adriano Oliveira para apresentar seu posicionamento.

O Dr. Adriano Oliveira informou que se trata de um projeto similar ao “Projeto de diminuição Gases de Efeito Estufa no Aterro Sanitário do Aurá”, nº 80. Contrariamente ao que tem sido observado nos demais projetos foi apresentada uma Licença de Operação do empreendimento, porém não do Aterro Sanitário.

A Dra. Branca Americana destacou que foi apresentado um Termo de Conciliação Judicial Ação Civil Pública nº 012.00.11561 no qual os participantes do projeto se comprometem a fazer uma série de correções no aterro sanitário.

O Dr. Adriano destacou que o Termo de Conciliação Judicial Ação Civil Pública nº 012.00.11561 foi considerado na análise do MMA, porém não substitui a Licença de Operação do aterro.

O Secretário Executivo pediu aos demais membros da CIMGC que apresentassem seus apontamentos. Não havendo outros comentários, a CIMGC deliberou pela revisão do Projeto de Gás de Aterro Sanitário de Manaus, para atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentar nova versão do DCP/PDD atualizando as metodologias ACM0001 e ACM0002 para versões válidas.
2. Incorporar no DCP/PDD as novas informações relativas ao Aterro de Manaus, trazidas à luz pelo Termo de Conciliação Judicial Ação Civil Pública nº 012.00.11561.
3. Apresentar na Seção A.4.1.4 do DCP/PDD, de forma clara e objetiva, a localização do Aterro de Manaus, uma vez que tanto nas cartas-convite encaminhadas para os atores regionais, quanto no Termo de Conciliação Judicial Ação Civil Pública nº 012.00.11561, consta que a localização do aterro é no Km 19 da rodovia AM-010.
4. Reapresentar o Relatório de Validação e o formulário F-MDL-REG/F-CDM-REG para refletirem a nova versão do DCP/PDD.
5. Apresentar carta-convite encaminhada ao Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento nos termos da Resolução Nº 1 da CIMGC.
6. Apresentar, como solicitado na Resolução Nº 1 da CIMGC, a declaração sobre o responsável e o modo de comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão, o termo de compromisso do envio de documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas e as cartas de conformidade da situação ambiental e trabalhista, documentos que devem ser assinados por todos os participantes do projeto. Além disso, esses participantes devem enviar documentos que comprovem a legitimidade para assinatura dos documentos mencionados, conforme a Resolução nº 3 da CIMGC, em vigor desde 19/05/2006.

## **25. Novos projetos submetidos à CIMGC**

O Secretário Executivo esclareceu que até o dia 08 de agosto de 2006 (dia anterior à 32ª reunião da CIMGC) foram apresentados 21 novos projetos, quais sejam:

1. Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa Camil Camaquã
2. Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa - CAAL
3. Projeto de Captura de Gás de Aterro Sanitário Alto-Tiête
4. Projeto de Cogeração com Bagaço Goiasa
5. Projeto Quimivale de Troca de Combustível para Gás Natural
6. Projeto de Pequena Central Hidroelétrica Santa Lúcia II
7. Projeto de Pequena Central Hidrelétrica Braço Norte IV
8. Projeto de Recuperação de Gás de Aterro Terrestre Ambiental (PROGATA)
9. Projeto de Gás de Aterro Estre Itapevi (PROGAEI)
10. Projeto de Gás de Aterro Quitaúna (PROGAQ)
11. Projeto de Cogeração com Bagaço Ruette
12. Projeto de Cogeração com Bagaço Maracai
13. Projeto de Cogeração com Bagaço Giasa II
14. Projeto de Cogeração com Bagaço Pioneiros
15. Projeto Atiaia S/A – Pequena Central Hidrelétrica Garganta da Jararaca
16. Projeto de Cogeração a Biomassa Josapar Itaquí
17. Projeto de Geração de Eletricidade a Biomassa Josapar Pelotas
18. Projeto Pequena Central Hidroelétrica Braço Norte III
19. Projeto de Central Hidrelétrica com a Existência de Reservatório Pedra do Cavalo da Votorantim
20. Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa Urbano SINOP
21. Projeto Nobrecel de Energia de Biomassa

Informou ainda que somando os novos projetos aos projetos em revisão serão 31 projetos para serem analisados durante a 33ª Reunião da Comissão, o que aponta para uma tendência crescente no número de projetos brasileiros.

Relembrou que a documentação será disponibilizada para todos os membros da CIMGC por meio de links individuais para cada projeto, contendo toda a documentação apresentada e que a Secretaria Executiva está trabalhando para disponibilizar, assim que possível, a nova página na internet com senha de acesso onde será possível ter acesso a toda a documentação analisada pela CIMGC. Ressaltou ainda que caso seja possível os pareceres do MCT e de todos os demais Ministérios, serão também disponibilizados para os membros assim que estejam prontos.

## **26. Outros Assuntos**

27. Procedimento no caso de não envio pelos participantes de projetos do documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões emitidas.

O Secretário Executivo pediu ao Dr. Newton Paciornik que procedesse com a exposição.

O Dr. Newton informou que a Secretaria Executiva conseguiu confirmar que ao menos 8 projetos já obtiveram RCEs emitidas pelo Conselho Executivo, totalizando 566.000 TCO<sub>2e</sub>, mas não encaminharam à CIMGC a forma com que estas unidades foram distribuídas entre os participantes do projeto. Propõe que a CIMGC deva encontrar um mecanismo de cobrar o cumprimento da Resolução 01.

O Secretário Executivo destacou que não existe um mecanismo de punição previsto pela CIMGC, assim, sugere que seja acrescentado um artigo na Resolução 04 que com a previsão de que caso alguma irregularidade administrativa seja constatada a CIMGC anularia a Carta de Aprovação a partir deste momento. Propõe-se a elaborar uma minuta desta redação e apresentar à CIMGC durante a próxima reunião.

O Secretário Executivo indagou aos demais membros da CIMGC se haveria alguma objeção à inclusão deste tema em um dos artigos da Resolução 04. Não havendo comentários deliberou pela inclusão do tema na Resolução 04.

## **28. Fator de emissão do ONS**

O Secretário Executivo convidou a Dra. Branca Americano a apresentar sua exposição.

A Dra. Branca informou que a Metodologia ACM0002, que trata de projetos que despacham energia para a rede, estabelece o cálculo do fator de margem combinada (margem de construção e de operação) do sistema elétrico. Desta forma é importante que a ONS esteja envolvida no processo de cálculo deste fator. Para isso, o MCT, o MME e a ONS vêm trabalhando em conjunto e, em breve, poderão apresentar os cálculos oficiais do fator de emissão e fator de margem por sub-grid do sistema elétrico brasileiro.

O Secretário Executivo destacou que esta medida é de grande relevância pois o Conselho Executivo pediu às Autoridades Nacionais Designadas que informem quais são os sub-grid nos sistemas elétricos dos países e quais são os fatores de emissão e de margem para cada um deles. Assim, quanto tais informações estiverem disponíveis, o Conselho Executivo passará a considerá-las nas análises dos projetos submetidos.

## **29. Projeto de Lei do Deputado Eduardo Paes de incentivo ao MDL.**

O Secretário Executivo convidou o Dr. Newton Paciornik a apresentar sua exposição.

O Dr. Newton informou que a Secretaria Executiva tomou conhecimento deste projeto de lei, tramitando no Congresso Nacional, que prevê incentivos ao MDL. Salientou que o projeto já foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente e encontrava-se na Comissão de Finanças e Tributação. A assessoria parlamentar do Ministério da Ciência e Tecnologia solicitou orientação da Coordenação Geral de Mudanças Globais de Clima e aparentemente, a mesma providência foi tomada no Ministério do Meio Ambiente e

Ministério das Minas e Energias. Ponderou que por se tratar de um tema afeto à CIMGC, seria pertinente que a Comissão se manifestasse sobre o tema.

Acrescentou que na Comissão de Finanças e Tributação, o voto do Relator foi contrário ao projeto devido a uma questão de renúncia de receita. Assim, avalia que o Ministério da Fazenda poderia contribuir com a discussão.

O Dr. Lindemberg Bezerra informou que a Receita Federal já estava analisando este projeto, mas acrescentou que os incentivos previstos são feitos com a base tributária já existente, ou seja, não são criados novos tributos. Adiantou que o Ministério da Fazenda está estudando o assunto, mas a princípio, a regra é não permitir a renúncia de receita. Assim, a Receita Federal deverá negar e em último caso vetar o projeto de lei.

O Secretário Executivo convidou o Dr. Marcos Willian a apresentar uma análise jurídica a respeito do assunto.

O Dr. Marcos informou que o veto da Comissão de Finanças e Tributação baseou-se na Lei de Responsabilidade Fiscal que prevê que nenhuma renúncia fiscal pode comprometer a arrecadação, ressaltou que ou prova-se que se trata de uma nova receita ou cria-se um mecanismo de compensação. Verificou que existe um artigo no projeto de lei que prevê incentivos na arrecadação do Imposto de Renda, e que desta forma exige que seja criado um mecanismo de compensação da arrecadação. A princípio, avaliou que os demais artigos não comprometeriam receitas previstas pela União.

Baseado no acima exposto o Dr. Marcos Willian avaliou que uma alternativa seria suprimir do projeto de lei incentivos que impactam receitas previstas ou então criar mecanismos de compensação da arrecadação.

O Secretário Executivo questionou ao Dr. Lindemberg Bezerra se ele gostaria de participar de um grupo de trabalho da CIMGC para elaborar um parecer sobre este tema, ou se preferiria que cada um dos Ministérios elaborasse individualmente seus pareceres.

O Dr. Lindemberg Bezerra avaliou que seria possível realizar uma análise conjunta, entretanto, entende que o posicionamento da CIMGC pode, eventualmente, ser favorável à aprovação do projeto de lei com voto contrário do Ministério da Fazenda. Destacou que paralelamente a Receita Federal já está estudando o tema.

O Dr. Guido Gelli, representante do Ministério do Planejamento, se colocou a disposição para também participar do grupo de trabalho.

O Secretário Executivo informou que este foi o último assunto da pauta e informou que gostaria de convocar uma reunião extraordinária no dia 12 de setembro com a finalidade de analisar os 21 novos projetos submetidos. Destaca que a vantagem de se convocar uma reunião extraordinária é que o prazo de análise continua sendo de 60 dias e não é aberto nenhum precedente.

Indagou aos demais membros da CIMGC se haveria alguma objeção à convocação de uma reunião extraordinária na data proposta. Não havendo comentários agendou a reunião extraordinária para o dia 12 de setembro.

Sem outros temas a serem tratados, agradeceu a participação de todos os representantes dos Ministérios e declarou encerrada a reunião.